

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA O BRASIL E AS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR¹

THE WOMEN'S PARTICIPATION IN THE LABOUR MARKET: UNIVARIATE DECOMPOSITION FOR BRAZIL AND BELO HORIZONTE AND SALVADOR'S METROPOLITAN AREAS

Jader Fernandes Cirino²
João Eustáquio de Lima³

1. RESUMO

A participação feminina no mercado de trabalho nacional tem crescido nas últimas décadas, sendo também marcante nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. Nesse sentido, por meio da decomposição univariada, determinou-se como diferentes grupos de mulheres - em termos de escolaridade, posição no domicílio e número de filhos, entre outras características - contribuíram para a evolução da taxa de atividade feminina entre os anos 1986 e 2006, nos mercados de trabalho citados. Verificou-se que a mudança nas taxas de participação específicas de cada grupo foi responsável pela maior parte do aumento da inserção feminina nas atividades econômicas, sendo o restante explicado pela elevação no número de anos de estudo das mulheres. Dessa forma, concluiu-se que mulheres com as mais diferentes características aumentaram sua participação no mercado de trabalho. Devido à similaridade dos resultados nos mercados considerados, não se verificou fator regional significativo no aumento do número de trabalhadoras.

Palavras-chave: Participação. Mulheres. Mercado de trabalho nacional.

¹ Trabalho proveniente da tese de doutorado do primeiro autor.

² Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Professor Adjunto II do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. Endereço: Departamento de Economia/Universidade Federal de Viçosa. Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, 36570-000 Viçosa-MG. Tels. (31) 3899-1552/(31) 3899-1537. Email: jader.cirino@ufv.br

³ Ph. D. em Economia Rural pela Michigan State University (USA) e Pós-Doctor em Métodos Quantitativos pela University of Florida (USA). Professor Titular do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. Endereço: Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-000 Viçosa-MG. Tels. (31) 3899-1322/(31) 3899-2214. E-mail: jelima@ufv.br

2. ABSTRACT

Women's participation in the Brazilian labor market has grown in the last decades, being also outstanding in the metropolitan regions in Belo Horizonte and Salvador. Therefore, by means of the univariate decomposition, it was determined as groups of women – in terms of education, position in the household and number of children, among other characteristics – contributed for the evolution of the female activity rate from 1986 to 2006, in the previously cited labor market. It was found that the changes in the rates of specific participation of each group was responsible for most of the increase in the female insertion in the economic activities and the others were explained by the raise in the number of years spent by the women in education. Thus, it is concluded that women with many different characteristics increased their participation in the labor market. Due to the similarity of the results with the regarded markets, it was not found a significant regional factor in the increase in the number of workers.

Keywords: Brazilian labor market. Participation. Women.

Classificação JEL: J16, J21 e J82

3. INTRODUÇÃO

Um dos acontecimentos mais significativos ocorridos no mercado de trabalho no século passado foi o aumento da participação feminina na atividade econômica. Embora tal processo tenha se iniciado antes da Segunda Guerra Mundial, o mesmo se intensificou na segunda metade do século XX, estendendo-se para quase todas as regiões do mundo.

No Brasil, conforme destacaram Aquino et al. (1995), até o começo da década de 1980 o trabalho feminino apresentava caráter complementar em relação ao trabalho masculino no sustento da família. Dessa forma, o trabalho das mulheres caracterizava-se predominantemente pela intermitência, baixa escolaridade e reduzida remuneração.

A partir da década de 1980, entretanto, essa posição complementar começou a mudar. O fraco desempenho da economia nacional nas décadas de 1980 e 1990, aliado ao processo de reestruturação produtiva das empresas brasileiras, provocou a elevação

do desemprego e do número de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada. Nesse sentido, ocorreu a deterioração da qualidade de vida das famílias, com o aumento do desemprego do chefe do domicílio e a diminuição dos salários reais na economia nacional. Dessa forma, conforme destacaram Alves et al. (1997) e Barrio e Soares (2006), as mulheres viram-se obrigadas a procurar emprego como forma de suplementar ou garantir a renda familiar.

Além dos aspectos econômicos, trabalhos como os de Costa (1990) e Bruschini e Lombardi (1996) destacaram outros fatores, como: (i) a industrialização de bens, o crescimento de serviços que antes eram tipicamente domésticos e a difusão de eletrodomésticos passaram a facilitar a ausência das mulheres em casa; (ii) a mudança de valores em relação ao papel social da mulher, devido ao fortalecimento dos movimentos reivindicatórios feministas; (iii) a crescente urbanização, trazendo maiores oportunidades de trabalho para as mulheres; (iv) o crescimento, na década de 1980, do setor terciário tanto formal quanto informal⁴, cuja característica de maior flexibilidade e intermitência proporcionava-lhe perfil de emprego mais favorável às pessoas do sexo feminino; (v) aumento das mulheres chefes de família, sendo tal posição geralmente atribuída à principal responsabilidade pelo sustento do domicílio; (vi) a elevação da escolaridade feminina, fazendo que as mulheres passassem a ter acesso a melhores oportunidades de emprego e renda; e (vii) com relação ao último aspecto, verificou-se também queda na taxa de fecundidade no país, fazendo que as mulheres se voltassem mais para o mercado de trabalho ante a presença de menos filhos no domicílio.

Ainda sobre os argumentos que procuram explicar o fenômeno da elevação do número de mulheres no mercado laboral, é importante ressaltar dois aspectos. Primeiro, que tais fatores não são antagônicos, mas, sim, complementares entre si. Em segundo lugar, os fatores não econômicos, que independem do ciclo de negócios do país, representam mudança de valores em relação ao trabalho feminino, conferindo o caráter de irreversibilidade ao fenômeno do crescimento da participação e importância deste último na economia brasileira. Dessa forma, Nogueira (2004) ressaltou que o principal destaque sobre a força de trabalho feminina nas últimas duas décadas foi a sua acentuada inserção no desempenho de atividades econômicas, a qual tem sido denominada feminização do trabalho.

⁴ Destacando-se o comércio, bancos e atividades ligadas ao setor público, no primeiro caso; e comércio ambulante e representação de vendas de produtos cosméticos e alimentícios, no segundo caso.

Analisadas as argumentações que procuram explicar o fenômeno do aumento da participação feminina na atividade econômica, é importante ressaltar que, embora não seja objeto de estudo desta pesquisa, tal inserção tem sido caracterizada por clara desvantagem em relação aos indivíduos do sexo oposto. Esta última pode ser percebida tanto do ponto de vista da remuneração quanto da perspectiva da qualidade do emprego.

Diante da importância e irreversibilidade da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, vários estudos dentro da literatura nacional procuraram explicar empiricamente tal fenômeno. Leone (2000) e Soares (2002) analisaram os determinantes dessa participação de forma predominantemente estática. Outros trabalhos, como os de Wajnman e Rios-Neto (2000), Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e Soares e Izaki (2002), procuraram explicar a evolução da taxa de participação ao longo do tempo, utilizando análise de coortes. Uma terceira abordagem, como a utilizada por Bruschini e Lombardi (1996) e Nogueira (2004), concentra-se em verificar de que forma as mulheres se inseriram no mercado de trabalho em termos de setores da economia, faixas de rendimento e horas trabalhadas semanalmente.

Em termos de similaridade, observou-se que a maioria desses estudos tem analisado o tema para o mercado de trabalho nacional. Nesse sentido, acredita-se haver espaço para uma discussão mais pormenorizada a respeito desse fenômeno, em termos regionais. Dessa forma, este estudo objetivou analisar a participação feminina não apenas em nível nacional, mas também no mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH) e Salvador (RMS). Seguindo a linha de raciocínio de Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Soares e Izaki (2002), estudou-se a participação feminina a partir da caracterização dos subgrupos de mulheres que mais contribuíram para o aumento dessa participação entre os anos 1986 e 2006. A escolha de tal abordagem deveu-se ao fato de ser pouco explorada na literatura nacional, não havendo muitos estudos desta natureza de caráter regional.

A escolha da RMBH e da RMS foi motivada, além da importância da participação feminina nos respectivos mercados de trabalho, pelo interesse em se estudar o referido fenômeno em regiões com características econômicas distintas. Quanto a este último aspecto, Braga e Rodarte (2006) afirmaram que o fato de a RMBH ser uma região com dinamismo econômico marcado pelo desenvolvimento das atividades industriais e de setores de serviços com maior concentração no emprego

formal faz que ela ofereça melhores oportunidades de trabalho, em comparação com a RMS. Dessa forma, as diferenças na estrutura e dinamismo da economia entre a RMBH e a RMS poderiam suscitar diferenças relacionadas ao processo de feminização nos respectivos mercados de trabalho.

Portanto, neste artigo, buscou-se analisar o crescimento da participação feminina no mercado laboral brasileiro e das RMBH e RMS, identificando os grupos de mulheres que mais influenciaram tal processo entre os anos 1986 e 2006. Para tanto, dividiram-se as mulheres em diversas partições, em relação a características como escolaridade, número de filhos e cor da pele, sendo o objetivo geral determinar quais tipos de mulheres mais contribuíram para o referido processo. Especificamente, procurou-se comparar os resultados encontrados na RMBH e na RMS, assim como identificar variáveis fundamentais para o aumento da inserção feminina na atividade econômica.

4. METODOLOGIA

Com o objetivo de identificar as principais características das mulheres relacionadas à evolução da feminização no mercado de trabalho nacional, utilizou-se uma técnica conhecida como análise de decomposição univariada⁵. Essa técnica consiste em investigar como diferentes grupos socioeconômicos de mulheres podem ter contribuído para a evolução da taxa de atividade feminina em determinado intervalo de tempo.

Definido TAF como a taxa de atividade das mulheres e I como partição qualquer da população feminina, em que n_i é a parcela desta última que se encontra na categoria i , tem-se:

$$TAF_t = \sum_i n_{it} \cdot TAF_{it} \quad (1)$$

em que TAF_i é a taxa de atividade da categoria i e t , o período de tempo considerado.

⁵ A descrição da análise de decomposição univariada baseou-se em Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Alterações na *TAF* entre dois períodos de tempo (t_1 e t_1 defasado em k períodos) podem ser decompostas em mudanças nos níveis de cada categoria e em variações na composição da população por categoria, conforme equação (2).

$$\begin{aligned}\Delta TAF_t &= TAF_{t_1} - TAF_{t_1-k}; \\ \Delta TAF_t &= \sum_i n_{it_0} \cdot \Delta TAF_i + \sum_i TAF_{it_0} \cdot \Delta n_i; e \\ \Delta TAF_t &= \text{efeito incidência} + \text{efeito composição}\end{aligned}\quad (2)$$

O efeito incidência indica a parcela da mudança na taxa de atividade devida a uma variação no nível específico de cada categoria, mantendo constante a distribuição da população entre as categorias. O efeito composição ou tamanho representa o impacto de uma alteração na composição demográfica entre os grupos, mantida inalterada a taxa de atividade específica por categoria. É importante destacar que, mantendo constante a distribuição da população e as taxas de atividade específicas no cálculo dos efeitos incidência e composição, respectivamente, estes podem ser avaliados, tomando-se como ano-base (t_0) o tempo t_1 ou t_1-k ou, ainda, a média entre esses dois períodos. Neste estudo, seguindo procedimento adotado por Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Fernandes e Souza (2003), adotou-se como ano-base para o efeito incidência o primeiro ano do intervalo (t_1-k), tomando o segundo ano (t_1) para o efeito composição.

Percentualmente, os efeitos incidência e composição podem ser representados, respectivamente, por:

$$\omega_t = \frac{\left(\sum_i n_{it_0} \cdot \Delta TAF_i\right)}{\Delta TAF} \quad (3)$$

$$\delta_t = \frac{\left(\sum_i TAF_{it_0} \cdot \Delta n_i\right)}{\Delta TAF} \quad (4)$$

A ocorrência de valor positivo menor do que 1 em (3) ou (4) indica que tal efeito ocorreu no mesmo sentido da mudança observada na taxa de atividade, ao passo que valores negativos representam relação inversa entre o primeiro e a segunda. Quando o valor de um dos efeitos é maior do que a unidade, tem-se que seu impacto é superior à

mudança na taxa de atividade, sendo compensado, em parte, pelo sinal negativo do outro efeito.

Neste trabalho, a decomposição univariada foi conduzida, dividindo-se a população feminina em diversas partições, a fim de comparar a evolução do tamanho de cada uma dessas categorias com o comportamento da taxa de atividade delas em dois anos distintos: 1986 e 2006. Dessa forma, foi possível analisar a parcela da mudança ocorrida na taxa de atividade das mulheres nesse hiato de tempo oriunda da variação na composição entre as categorias e da alteração da participação dentro dos grupos. Nesse sentido, a aplicação da decomposição foi feita nas seguintes partições da população feminina: localização do domicílio, posição no domicílio, número de filhos, anos de escolaridade, idade e raça. A escolha de tais partições foi feita em consonância com fatores que contribuíram para o aumento da participação feminina, sugeridos na literatura e citados na Introdução deste trabalho, assim como também foi derivada dos recortes da amostra adotados por Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Na primeira partição, dividiu-se a população feminina em urbana e rural, com o intuito de verificar o impacto da urbanização no fenômeno em estudo. O crescente aumento da porcentagem de residentes na cidade ocorrido no país, passando de 77% em 1986 para 87,1% em 2006, pode ter sido fator importante na explicação da feminização do mercado de trabalho⁶, uma vez que as mulheres, na cidade, passam a ter acesso a maiores oportunidades de emprego. Dessa forma, esperava-se *a priori* relação direta entre tal variável e o aumento das mulheres na PEA.

Já na segunda partição se procurou investigar o papel das mudanças ocorridas nos domicílios relativas à posição da mulher, ou seja, se esta era a pessoa de referência, cônjuge, filha ou “outros”⁷. Dado que a proporção de chefes mulheres nos domicílios aumentou de 10,4% em 1986 para 19,6% em 2006, esperava-se que tal variação pudesse desempenhar importante papel na explicação do aumento feminino na PEA. Isso porque tais mulheres têm maior probabilidade de trabalhar do que os demais grupos, por serem delas a principal responsabilidade pela manutenção da renda familiar. Dessa forma,

⁶ Os dados citados nesta seção referentes aos anos de 1986 e 2006 foram retirados das PNADs dos respectivos anos. Destaca-se ainda que as informações dizem respeito às mulheres compreendidas na faixa etária entre 16 e 65 anos.

⁷ Nos “outros” se encontram as mulheres com outro grau de parentesco que não os citados: agregadas, pensionistas, empregadas domésticas e parentes de empregado doméstico.

acreditava-se, *a priori*, na relação direta entre a elevação do número de mulheres chefes e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Quanto à partição número de filhos, esta foi incluída com o objetivo de investigar os efeitos da queda da fecundidade na evolução da taxa de atividade das mulheres. No período compreendido entre 1986 e 2006, observou-se redução de 23,1% para 4,9% da proporção de mulheres com quatro ou mais filhos no domicílio. Paralelamente no mesmo período, a fração dessas mulheres com um ou dois filhos aumentou de 29,8% para 46,2%. Espera-se que essa mudança na participação das categorias provoque a ocorrência de efeito composição positivo, dado que menor número de filhos diminui a necessidade da mulher de se manter em casa, liberando-a mais para o mercado de trabalho.

Passando para a partição relativa à escolaridade, procurou-se identificar o papel da elevação do número médio de anos de estudo das mulheres. Nesse aspecto, percebeu-se redução daquelas com menos escolaridade – a proporção de mulheres com até sete anos de estudo caiu de 71,5% em 1986 para 42,6% em 2006 –, em consonância com a elevação daquelas com mais anos de estudos, a proporção de mulheres com oito ou mais anos de escolaridade partiu de 28,3% em 1986 para 56,9% em 2006. Nesse sentido, acredita-se que o aumento da escolaridade feminina possa contribuir positivamente para o referido processo, já que o nível de instrução do agente é diretamente proporcional à sua remuneração auferida do trabalho. Dessa forma, mulheres mais instruídas tenderiam a apresentar maior probabilidade de conseguirem emprego.

Por fim, a inclusão das partições idade e raça foram feitas com o intuito de verificar a importância dessas categorias no processo de feminização do mercado de trabalho brasileiro no período analisado.

Em relação à base de dados, esta foi formulada a partir das PNADs dos anos 1986 e 2006, sendo a amostra utilizada constituída por mulheres entre 16 e 65 anos. A escolha dessa faixa etária foi feita a fim de se aproximar a análise da *TAF* à legislação brasileira referente às idades mínimas para o trabalho e a aposentadoria. Portanto, o conceito de *TAF* utilizado, que incorpora as mulheres ocupadas e as desocupadas, refere-se à proporção de pessoas economicamente ativas do sexo feminino em relação ao total de mulheres entre 16 e 65 anos de idade.

Ainda sobre os dados utilizados, é importante destacar a mudança metodológica relativa ao conceito de trabalho, que a partir de 1992 passou a incorporar as seguintes formas de ocupação: (a) trabalho remunerado; (b) trabalho não remunerado; e (c) trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso. Em relação ao conceito anterior de trabalho, o item “a” já era contemplado, sendo o item “b” modificado, com a redução do limite de 15 horas ou mais por semana para apenas 1 hora semanal para a inclusão de tal atividade como econômica. As condições descritas no item “c” não eram consideradas como trabalho nas PNADs anteriores a 1992.

Portanto, a fim de se permitir a comparação dos dados de participação no mercado de trabalho entre as PNADs de 1986 e 2006, foi necessário harmonizar o conceito de atividade econômica entre os dois períodos. Neste trabalho, utilizou-se para tal fim o procedimento proposto por Guerra (1997). Dessa forma, nos dados da PNAD de 2006 foram excluídos da população ocupada e classificados como economicamente ativos, desde que tenham procurado emprego na semana de referência da pesquisa os indivíduos cujo trabalho principal era não remunerado, exercido por menos de 15 horas semanais, além dos trabalhadores, cuja atividade econômica principal era a produção para o próprio consumo ou para o próprio uso. No entanto, foram considerados como ocupados aqueles não remunerados que trabalhavam menos de 15 horas semanais no trabalho principal, mas que tinham outro emprego em que permaneciam mais de 15 horas por semana ou outra ocupação secundária, na qual apresentava renda positiva.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando a análise pela separação das mulheres de acordo com a localização de seu domicílio em áreas urbanas ou rurais, têm-se, na Tabela 1, os resultados encontrados no Brasil, constando nas Tabelas 2 e 3 aqueles referentes à RMBH e à RMS, respectivamente. A primeira e a terceira coluna dessas tabelas apresentam a porcentagem de mulheres em cada categoria, enquanto a segunda e a quarta se referem à taxa de atividade feminina (TAF) específica de cada grupo, nos anos considerados. A quinta coluna indica o efeito incidência (EI), sendo a sexta coluna formada pelo efeito composição (EC). A sétima e a oitava coluna representam esses efeitos como proporção da variação da taxa de atividade feminina total no período. A última coluna é o

somatório da sétima com a oitava coluna, indicando a contribuição de cada grupo para a variação da *TAF* no período.

O primeiro ponto a ser observado é que a *TAF* global no Brasil aumentou, passando de 44,3% em 1986 para 60,3% em 2006. A mesma tendência foi também observada em termos regionais, com essa taxa elevando-se 14,4 pontos percentuais na RMBH (de 52,4% em 1986 para 66,8% em 2006) e 18,6 pontos percentuais na RMS (de 50% em 1986 para 68,6% em 2006).

Tabela 1 – Decomposição da *TAF* por situação de domicílio – Brasil, 1986-2006

Situação	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Urbana	77,0	46,3	87,1	62,2	0,121995	0,062726	75,914739	39,033124	114,947863
Rural	23,0	37,2	12,9	47,7	0,024078	-0,048099	14,983096	-29,930959	-14,947863
Total	100	44,3	100	60,3	0,146073	0,014627	90,897835	9,102165	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro ponto a ser destacado é que a *TAF* global nas regiões metropolitanas foi superior à *TAF* brasileira nos dois períodos. Segundo Barrio e Soares (2006), isso pode ser explicado pela existência de mais oportunidades de emprego nessas áreas, devido ao maior dinamismo do mercado de tais regiões. Além disso, a *TAF* para o Brasil indicou valor médio que capta a heterogeneidade do país, englobando tanto regiões mais desenvolvidas quanto menos desenvolvidas.

Tabela 2 – Decomposição da *TAF* por situação de domicílio, na RMBH – 1986-2006

Situação	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Urbana	97,7	52,8	98,9	67,1	0,139922	0,008135	97,337822	5,659403	102,997225
Rural	2,3	36,9	1,1	38,5	0,000356	-0,004664	0,247391	-3,244616	-2,997225
Total	100	52,4	100	66,8	0,140277	0,003471	97,585213	2,414787	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 3 – Decomposição da TAF por situação de domicílio, na RMS – 1986-2006

Situação	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Urbana	96,8	50,3	98,3	68,9	0,179783	0,010213	96,542296	5,484161	102,026456
Rural	3,2	38,8	1,7	50,5	0,003716	-0,007489	1,995258	-4,021714	-2,026456
Total	100	50,0	100	68,6	0,183498	0,002723	98,537553	1,462447	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Passando para a partição das mulheres quanto à situação do domicílio, observou-se elevação significativa da proporção daquelas que residiam em regiões urbanas, no caso do Brasil (10 pontos percentuais). Conforme o esperado, o aumento da urbanização contribuiu positivamente para a elevação da *TAF* total através do efeito composição de 9%. Entretanto, como as *TAFs* específicas das mulheres urbanas e rurais cresceram, respectivamente, 34% e 28% no período, o efeito incidência foi o maior responsável pela variação da *TAF* total no período, respondendo por 91% dessa variação. Além disso, cabe ressaltar que os grupos das mulheres urbanas contribuíram com 115% da evolução da *TAF* total, indicando a importância dessa categoria para o crescimento no período da variável de interesse, por apresentarem tanto maior participação quanto maior proporção da população de interesse, em comparação com as mulheres do campo. Quanto à RMBH e à RMS, a mesma tendência foi observada, com o efeito incidência explicando, respectivamente, 97,6% e 98,5% da variação da *TAF* no período, sendo o efeito composição ainda menor (2,4% no primeiro caso e 1,5% no segundo), dado que a porcentagem de mulheres residentes em áreas rurais já era reduzida em 1986, em ambas as regiões.

A desagregação seguinte realizada foi a referente à posição da mulher no domicílio. Nesse recorte da amostra, considerou-se a classificação adotada em IBGE (2007), em que nas Tabelas 4, 5 e 6 o termo “chefe” representa a pessoa de referência do domicílio; “outro”, mulher que apresentava qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou cônjuge que não o filho; “Emp. D.”, empregada doméstica, cuja *TAF* era de 100%, já que representava categoria de mulheres que prestavam serviço doméstico remunerado no domicílio; e “demais”, as outras condições não contempladas anteriormente, quais sejam: agregado, pensionista e parente de empregado doméstico.

Tabela 4 – Decomposição da TAF por posição no domicílio – Brasil, 1986-2006

Posição	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Chefe	10,4	58,5	19,6	67,8	0,009671	0,062679	6,009343	38,946310	44,955653
Cônjuge	57,5	34,3	49,7	55,8	0,123555	-0,043212	76,772555	-26,850595	49,921960
Filha	23,5	58,5	23,4	64,0	0,012914	-0,000565	8,024573	-0,351149	7,673424
Outro	6,2	41,5	6,3	55,5	0,008708	0,000427	5,410891	0,265308	5,676199
Emp. D.	1,7	100	0,4	100	0,000000	-0,013025	0,000000	-8,093278	-8,093278
Demais	0,8	58,6	0,6	72,8	0,001100	-0,001316	0,683495	-0,817452	-0,133958
Total	100	44,3	100	60,3	0,155949	0,004988	96,900857	3,099143	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

No caso brasileiro, na Tabela 4 observa-se que, apesar de todas as TAFs terem sofrido aumento no período, a maior variação deu-se no grupo das esposas (aumento de 63%, ressaltando-se que, enquanto a TAF específica desse grupo aumentou 21,5 pontos percentuais, a TAF global subiu apenas 16 pontos percentuais), que, associada à sua alta proporção quanto ao total de mulheres nos dois anos considerados, fez que o efeito incidência fosse responsável por 97% da variação da TAF total no período. Ainda sobre esse aspecto, é importante destacar que o aumento significativo da TAF no grupo formado pelas esposas foi o resultado da conjugação da necessidade de complementar a renda familiar com a maior facilidade em conciliar o trabalho remunerado com as atividades do lar.

Tabela 5 – Decomposição da TAF por posição no domicílio, na RMBH, 1986-2006

Posição	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TPFT	Pop.	TPFT	EI	EC	EI	EC	
Chefe	12,5	58,7	24,0	72,4	0,017152	0,082802	11,931570	57,601552	69,533122
Cônjuge	49,4	38,5	42,2	58,8	0,100319	-0,041921	69,787401	-29,162546	40,624855
Filha	27,9	67,9	26,4	73,8	0,016376	-0,011163	11,391819	-7,765420	3,626400
Outro	6,4	56,1	6,2	66,0	0,006384	-0,001556	4,440850	-1,082477	3,358373
Emp. D.	2,9	100	0,5	100	0,000000	-0,023532	0,000000	-16,370206	-16,370206
Demais	0,9	68,2	0,7	72,7	0,000423	-0,001533	0,294066	-1,066608	-0,772543
Total	100	52,4	100	66,8	0,140652	0,003097	97,845706	2,154294	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 6 – Decomposição da TAF por posição no domicílio, nas RMS – 1986-2006

Posição	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Chefe	12,9	68,8	28,5	74,8	0,007686	0,117049	4,127248	62,854166	66,981414
Cônjuge	46,8	40,8	36,0	62,8	0,102494	-0,067574	55,038468	-36,286862	18,751607
Filha	26,0	49,9	25,8	69,7	0,051489	-0,001106	27,649243	-0,594037	27,055207
Outro	8,9	43,6	8,1	65,8	0,019714	-0,005095	10,586452	-2,736142	7,850310
Emp. D.	4,4	100	0,8	100	0,000000	-0,036119	0,000000	-19,395465	-19,395465
Demais	1,1	68,6	0,8	68,1	-0,000053	-0,002262	-0,028601	-1,214471	-1,243072
Total	100	50,0	100	68,6	0,181330	0,004892	97,372811	2,627189	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quanto à composição dos grupos, observou-se que a categoria das chefes de família apresentou aumento significativo (9,2 pontos percentuais) em razão, em grande parte, da queda do grupo das esposas (7,8 pontos percentuais), embora este último ainda respondesse por cerca de 50% da população total das mulheres estudadas. Apesar dessa elevação no grupo das chefes, que foi aquele com a maior *TAF* entre as três principais categorias consideradas (chefe, cônjuge e filha, que respondiam por mais de 90% do total de mulheres nos dois anos), o efeito composição total acabou sendo de apenas 3%, devido ao fato de esse efeito ter sido, em grande parte, compensado pela queda da porcentagem de cônjuges e pelo aumento da *TAF* específica desse grupo. Portanto, embora, conforme esperado, tenha ocorrido relação direta entre a elevação do número de mulheres chefes e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a alteração no tamanho relativo dos grupos foi responsável por reduzida parcela do diferencial da *TAF* entre os anos 1986 e 2006. É importante destacar ainda que, apesar disso, em termos de categoria, o grupo das chefes foi responsável por parcela significativa (45%, sendo 39% atribuível ao efeito composição desse grupo) da variação da *TAF* total, ficando atrás apenas do grupo das esposas, cuja contribuição, de cerca de 50%, se deveu tanto à sua elevada proporção em termos do total de mulheres quanto pelo expressivo aumento de sua *TAF* específica no período. Esse importante papel da categoria das esposas no processo de feminização do mercado de trabalho nacional foi também encontrado por Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

A análise de decomposição da *TAF* por posição no domicílio, nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, encontra-se, respectivamente, nas Tabelas 5 e 6.

Na RMBH e na RMS, observou-se que, assim como no Brasil, o efeito incidência explicou quase que totalmente a variação da *TAF* global no período. Isso ocorreu em razão do elevado efeito incidência da categoria das esposas proporcionado pelo significativo aumento da *TAF* específica desse grupo, responsável pela maior proporção de mulheres entre as diferentes posições do domicílio. Entretanto, em termos regionais, o efeito composição individual do grupo das chefes mostrou maior importância, em comparação com aquele encontrado em todo o Brasil. Isso porque o aumento dessa categoria, que já era maior e participava mais no mercado de trabalho das regiões metropolitanas, foi superior ao verificado no Brasil (aumento de, respectivamente, 11,5 e 15,6 pontos percentuais nas RMBH e RMS, contra 9,2 pontos em nível nacional). Na RMS, destacou-se ainda o aumento da *TAF* das filhas, gerando significativo efeito incidência que, associado à pequena redução da proporção dessa categoria entre as mulheres, fez que esse grupo fosse o segundo na contribuição para a variação da *TAF* global na região. Ainda sobre esse aspecto, deve-se ressaltar que a redução de 10,8 pontos percentuais na categoria das esposas – a maior entre as verificadas nos mercados de trabalho analisados – fez que esse grupo, apesar do alto efeito incidência, apresentasse apenas a terceira maior contribuição, em termos totais, para a variação da *TAF* na RMS.

A decomposição seguinte foi referente ao número de filhos no domicílio. Para esse recorte da amostra, a faixa etária das mulheres precisou ser alterada do intervalo de 16-65 anos para o de 15-54 anos, em razão de os dados referentes à fecundidade na PNAD de 1986 estarem disponíveis apenas para as mulheres situadas dentro dessa última classe de idade. Os resultados dessa decomposição para o Brasil, a RMBH e a RMS encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 7, 8 e 9.

Tabela 7 – Decomposição da TAF por número de filhos – Brasil, 1986-2006

N. filhos	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0	35,0	55,0	39,7	62,0	0,024508	0,029580	14,355305	17,326093	31,681397
1	13,8	44,8	24,5	64,5	0,027040	0,069401	15,838684	40,650953	56,489637
2	16,0	41,3	21,7	63,1	0,034872	0,036170	20,426127	21,186390	41,612517
3	12,2	39,6	9,2	61,8	0,026971	-0,018596	15,797894	-10,892265	4,905629
4	7,3	37,1	3,0	59,5	0,016458	-0,026035	9,640114	-15,249686	-5,609572
Sup. a 5	15,8	37,3	1,9	48,4	0,017517	-0,067162	10,260170	-39,339779	-29,079609
Total	100	45,4	100	62,6	0,147366	0,023358	86,318294	13,681706	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: sup. a 5: superior a cinco filhos no domicílio.

O primeiro aspecto a ser considerado é que as taxas de participação total das mulheres na faixa etária entre 15 e 54 anos foram superiores àquelas observadas nas mulheres entre 16 e 65 anos nos mercados brasileiro e regional. Tal resultado se deve ao fato de que, conforme será discutido na decomposição por idade, a TAF diminuiu nas mulheres a partir de determinado ponto do seu ciclo de vida.

Quanto ao número de filhos residentes no domicílio, a grande alteração no período foram a diminuição da proporção de mulheres com três ou mais filhos (de 35,3% para 14,1% no Brasil; de 30,1% para 12,9% na RMBH; e de 32,7% para 11,5% na RMS) e o aumento daquelas com um ou dois filhos (de 29,8% para 46,2% no Brasil; de 27,9% para 43,1% na RMBH; e de 26,4% para 45,2% na RMS). Embora em menor intensidade, o grupo das mulheres sem filhos, que representava em ambas as tabelas a maior proporção entre todas as mulheres observadas, também aumentou no período em análise.

Tabela 8 – Decomposição da TAF por número de filhos – RMBH – 1986-2006

N. filhos	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0	41,9	66,7	44,0	70,6	0,016507	0,015056	10,986988	10,021752	21,008739
1	13,7	50,8	22,0	72,4	0,029639	0,059784	19,728465	39,792986	59,521451
2	14,2	50,3	21,1	67,6	0,024616	0,046557	16,384671	30,988968	47,373638
3	11,1	45,5	9,0	64,0	0,020599	-0,013481	13,711012	-8,973379	4,737633
4	7,5	40,8	2,4	65,7	0,018695	-0,033872	12,443543	-22,545982	-10,102439
sup.a 5	11,5	36,7	1,5	55,6	0,021746	-0,055608	14,474632	-37,013655	-22,539023
Total	100	54,4	100	69,6	0,131802	0,018435	87,729311	12,270689	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: sup. a 5: superior a cinco filhos no domicílio.

Tabela 9 – Decomposição da TAF por número de filhos, na RMS – 1986-2006

N. filhos	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0	40,8	52,5	43,2	68,9	0,066616	0,016635	37,605076	9,390410	46,995486
1	12,3	60,5	26,6	72,2	0,014427	0,103110	8,144114	58,206454	66,350568
2	14,1	55,1	18,6	69,3	0,019981	0,031350	11,279138	17,697485	28,976623
3	12,2	46,6	7,7	69,5	0,028017	-0,031568	15,815568	-17,820395	-2,004827
4	5,4	40,4	2,3	69,3	0,015578	-0,021234	8,793982	-11,986982	-3,193000
Sup.a 5	15,1	50,0	1,5	65,1	0,022803	-0,088568	12,872231	-49,997082	-37,124851
Total	100	52,1	100	70,1	0,167421	0,009725	94,510110	5,489890	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: sup. a 5: superior a cinco filhos no domicílio.

Conforme o esperado, de maneira geral a TAF decresceu com o número de filhos no Brasil e na RMBH nos dois períodos analisados, ressaltando-se que na RMS em 2006 foi observada certa estabilidade da referida taxa entre as mulheres com dois a quatro filhos.

O aumento das categorias com menos filhos fez que o efeito composição dessa vez fosse mais expressivo do que nas decomposições anteriores, principalmente no mercado brasileiro e no da RMBH, respondendo por 13,7% e 12,3% da variação da TAF global nos respectivos mercados. No caso da RMS, o efeito composição mostrou-se menos importante (5,5%) devido ao grande aumento da participação das mulheres sem filhos, o que contribuiu para a elevação do efeito incidência total e a drástica queda das

mulheres com mais de cinco filhos, uma vez que, embora essa redução tenha ocorrido nos três mercados analisados, tais mulheres estavam mais inseridas no mercado da RMS, em comparação com os do Brasil e da RMBH.

Posto que novamente as *TAFs* específicas das categorias consideradas aumentaram significativamente, o efeito incidência suprimiu o efeito composição, sendo responsável, respectivamente, por 86,3%, 87,7% e 94,5% da mudança na taxa de atividade total das mulheres com idades entre 15 e 54 anos no Brasil, na RMBH e na RMS.

Em termos de categoria, o grupo de mulheres com um filho morando na residência foi o que mais contribuiu para a variação da *TAF* global no período, respondendo por 56,5% de tal variação no caso brasileiro, 59,5% na RMBH e 66,4% na RMS. Cabe ainda destacar que a contribuição das mulheres com dois filhos também foi importante no Brasil e na RMBH, explicando, respectivamente, 41,6% e 47,4% da variação da *TAF* total no período. Já no mercado da RMS foram importantes, além das mulheres com um filho, aquelas sem filho (47%) e as com mais de cinco filhos (-37,1%).

Fazendo, agora, análise de decomposição por grupos de idade, tem-se que os resultados dessa partição da amostra no Brasil, na RMBH e na RMS se encontram, respectivamente, nas Tabelas 10, 11 e 12.

Primeiramente, observou-se que houve queda na proporção de mulheres mais jovens – 16 a 35 anos – e, conseqüentemente, aumento daquelas de maior idade – 36 a 65 anos – no Brasil e na RMBH. No caso da RMS, a diminuição na proporção de mulheres mais jovens se deu entre aquelas na faixa etária dos 16 aos 30 anos, com o conseqüente aumento da proporção daquelas entre 31 e 65 anos. Esse comportamento das mulheres em relação aos grupos de idade no período de 1986-2006 evidencia o processo de envelhecimento da população brasileira nos últimos anos.

Tabela 10 – Decomposição da TAF por idade – Brasil, 1986-2006

Idade	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
16-20	17,3	44,9	13,7	49,3	0,007464	-0,017549	4,644930	-10,921051	-6,276121
21-25	15,6	51,0	13,6	66,7	0,024529	-0,013562	15,265357	-8,440084	6,825273
26-30	13,9	48,1	12,4	70,0	0,030549	-0,010711	19,011859	-6,665973	12,345885
31-35	12,0	50,2	11,3	70,1	0,023818	-0,004734	14,822548	-2,946063	11,876485
36-40	10,5	50,1	11,1	69,9	0,020749	0,004624	12,912861	2,877409	15,790270
41-45	8,2	47,1	10,3	67,7	0,016898	0,014353	10,515846	8,932499	19,448345
46-50	7,4	39,8	9,1	62,8	0,016943	0,010630	10,544255	6,615195	17,159451
51-55	5,9	32,1	7,6	51,8	0,011717	0,008755	7,291958	5,448305	12,740263
56-60	5,3	24,4	6,1	38,6	0,007444	0,003451	4,632394	2,147726	6,780121
61-65	4,0	14,6	4,7	23,5	0,003570	0,001748	2,221919	1,088109	3,310028
Total	100	44,3	100	60,3	0,163682	-0,002995	101,863928	-1,863928	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 11 – Decomposição da TAF por idade – RMBH, 1986-2006

Idade	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
16-20	16,5	52,8	13,5	57,6	0,007976	-0,017031	5,548785	-11,847701	-6,298916
21-25	17,0	65,0	12,5	81,0	0,027206	-0,036854	18,925716	-25,637687	-6,711971
26-30	16,0	56,6	14,0	77,4	0,033413	-0,015574	23,244122	-10,834130	12,409992
31-35	12,2	53,1	11,9	76,1	0,027930	-0,001955	19,429732	-1,359684	18,070048
36-40	10,2	61,5	10,9	75,3	0,014099	0,005495	9,808064	3,822412	13,630476
41-45	7,9	53,2	10,2	71,9	0,014680	0,016484	10,212047	11,467527	21,679574
46-50	6,9	43,7	9,4	64,6	0,014350	0,016015	9,982682	11,140742	21,123425
51-55	5,3	35,7	7,6	55,2	0,010370	0,012453	7,213660	8,663000	15,876660
56-60	4,6	25,9	5,5	37,8	0,005426	0,003665	3,774664	2,549856	6,324520
61-65	3,4	14,3	4,4	23,5	0,003145	0,002456	2,187717	1,708475	3,896193
Total	100	52,4	100	66,8	0,158594	-0,014845	110,327190	-10,327190	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quanto à TAF, observou-se, de maneira geral, a relação em forma de U invertido entre tal variável e a idade, indicando a depreciação do capital humano sugerida por Berndt (1996). Outros trabalhos, como os de Kassouf (1997) e Scorzafave e Menezes-Filho (2001), também encontraram a mesma relação. O referido relacionamento indica que as oportunidades de trabalho e os salários aumentam à medida que a pessoa adquire

mais experiência até certo ponto, a partir do qual a sua participação na PEA e o seu nível de rendimento começam a decrescer em razão do envelhecimento do indivíduo e de sua perda de habilidade no trabalho. No Brasil e na RMBH, o pico de participação ocorre aproximadamente no grupo das mulheres entre 36 e 40 anos e na RMS, na categoria das mulheres entre 31 e 35 anos.

Tabela 12 – Decomposição da TAF por idade – RMS, 1986-2006

Idade	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
16-20	19,9	35,2	12,4	52,7	0,034711	-0,039350	18,639597	-21,130665	-2,491068
21-25	17,1	60,9	16,7	75,9	0,025547	-0,003216	13,718720	-1,726754	11,991965
26-30	14,1	57,2	13,9	78,4	0,029964	-0,001897	16,090663	-1,018567	15,072097
31-35	11,5	59,3	12,5	79,4	0,023161	0,007648	12,437279	4,107135	16,544415
36-40	9,9	56,0	11,3	74,0	0,017851	0,009921	9,585755	5,327547	14,913302
41-45	7,9	57,4	10,0	73,4	0,012589	0,015650	6,760326	8,404101	15,164427
46-50	6,9	52,6	8,2	69,4	0,011675	0,008795	6,269193	4,722934	10,992127
51-55	5,2	38,1	6,7	58,4	0,010474	0,008940	5,624445	4,800661	10,425107
56-60	4,7	30,3	4,9	45,8	0,007254	0,000976	3,895558	0,524335	4,419893
61-65	2,7	17,6	3,4	30,2	0,003451	0,002076	1,852914	1,114821	2,967735
Total	100	50,0	100	68,6	0,176677	0,009545	94,874452	5,125548	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em termos de crescimento das *TAFs* específicas, novamente todas as categorias apresentaram elevação, e no Brasil e na RMBH o efeito incidência explicou totalmente a variação na taxa de atividade global no período. No mercado de Salvador, embora o efeito composição tenha sido positivo devido ao fato de ter sido pequeno nas mulheres entre 21 e 30 anos e já positivo a partir dos 31 anos, ele não se mostrou muito expressivo, explicando apenas 5% da variação da *TAF* total no período. A pouca relevância do efeito composição nos mercados analisados pode ser explicada em virtude de as alterações de tamanho relativo entre as categorias terem sido, de modo geral, pequenas e por estarem associadas a aspectos demográficos, conforme destacado por Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Somando os efeitos incidência e composição por categoria, observou-se que as mulheres entre 41 e 50 anos de idade foram aquelas com maior contribuição para a explicação da mudança da *TAF* global no período no Brasil e na RMBH, e tal

contribuição mostrou-se mais dispersa na RMS, compreendendo o grupo de mulheres entre 26 e 45 anos.

Quanto ao recorte da amostra por raça, os resultados da decomposição univariada da *TAF* brasileira e das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador são apresentados na Tabela 13, no primeiro caso; e nas Tabelas 14 e 15, nos dois últimos.

Tabela 13 – Decomposição da *TAF* por raça – Brasil, 1986-2006

Raça	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Branca	58,7	44,5	52,1	62,3	0,104572	-0,041412	65,063116	-25,765668	39,297447
Preta	6,1	49,9	7,2	62,7	0,007776	0,007065	4,838379	4,395421	9,233800
Parda	34,5	42,7	39,9	57,3	0,050349	0,030605	31,326226	19,042193	50,368418
Amarela	0,7	52,0	0,6	60,5	0,000567	-0,000700	0,352781	-0,435797	-0,083016
S.d.	0,0	52,1	0,3	62,1	0,000015	0,001887	0,009308	1,174042	1,183350
Total	100	44,3	100	60,3	0,163279	-0,002555	101,589810	-1,589810	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração.

O primeiro ponto a destacar é que, como não se verificou grande divergência entre as taxas de participação por categoria, reduções na proporção de uma das categorias foram compensadas por aumentos em outras. Dessa forma, o efeito composição mostrou-se pouco importante nos três mercados considerados, e em todos eles foi observada significativa redução das mulheres que se declararam brancas. No Brasil e na RMBH, essa redução foi acompanhada pelo aumento das pardas e das pretas, com predominância do primeiro grupo no mercado brasileiro e do segundo no de Belo Horizonte. Já em Salvador, além das mulheres brancas, o grupo das pardas também apresentou redução, fazendo que a proporção de mulheres que se declararam negras praticamente dobrasse no período.

Enquanto no Brasil o grupo mais representativo nos dois períodos foi o das mulheres brancas, na RMBH esse grupo foi ultrapassado em 2006 pela categoria das pardas, embora o grupo das brancas tenha permanecido bastante significativo em tal região. Já na RMS a categoria das mulheres pardas foi a predominante nos dois

períodos, destacando-se o importante aumento das negras e a significativa redução das brancas entre 1986-2006.

Tabela 14 – Decomposição da TAF por raça, na RMBH – 1986-2006

Raça	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Branca	49,8	52,1	43,6	65,6	0,067272	-0,040925	47,656990	-28,992539	18,664450
Preta	7,6	55,9	10,9	72,9	0,012865	0,024418	9,113704	17,298372	26,412077
Parda	42,4	52,0	44,6	66,5	0,061056	0,015094	43,253885	10,692972	53,946857
Amarela	0,2	70,0	0,4	76,5	0,000136	0,001216	0,096631	0,861450	0,958081
S.d.	0,0	0,0	0,0	54,6	0,000115	-0,000089	0,081563	-0,063028	0,018535
Total	100	52,4	100	66,8	0,141444	-0,000286	100,202773	-0,202773	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração.

Tabela 15 – Decomposição da TAF por raça, na RMS – 1986-2006

Raça	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Branca	23,0	50,3	16,0	68,0	0,040699	-0,047836	21,855101	-25,687812	-3,832711
Preta	15,5	53,0	29,0	72,0	0,029506	0,097126	15,844469	52,156478	68,000946
Parda	61,3	49,1	53,7	67,0	0,109741	-0,050701	58,930631	-27,226136	31,704495
Amarela	0,1	50,0	0,7	66,7	0,000108	0,003990	0,057817	2,142577	2,200393
S.d.	0,1	33,3	0,6	63,9	0,000296	0,003292	0,158890	1,767986	1,926876
Total	100	50,0	100	68,6	0,180350	0,005872	96,846907	3,153093	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração.

Quanto às TAFs específicas, verificou-se, mais uma vez, que todas aumentaram no período. Em termos de categoria, a maior contribuição para o efeito incidência total nos três mercados foi as das mulheres brancas e pardas. Isso ocorreu em virtude de elas terem sido os grupos dominantes nos dois períodos no Brasil e na RMBH. No que tange à RMS, embora as brancas tenham perdido a segunda maior proporção para as negras, ainda mantiveram porcentagem importante no total das mulheres consideradas.

Juntando-se os efeitos incidência e tamanho, a categoria das mulheres pardas foi a que mais contribuiu para a variação da TAF global no Brasil e na RMBH, já que,

como o grupo das brancas foi o único a sofrer redução significativa no período, apresentou também efeito composição negativo considerável. No caso da RMS, a predominância foi da categoria das negras não só por ter apresentado aumento bastante expressivo no período em termos de proporção e *TAF*, como também pelo fato de o grupo das pardas ter, juntamente com o das brancas, sofrido redução entre 1986 e 2006.

Por fim, os resultados da análise de decomposição quanto à escolaridade se encontram nas Tabelas 16, 17 e 18, respectivamente, no Brasil, na RMBH e na RMS.

Tabela 16 – Decomposição da *TAF* por anos de escolaridade – Brasil, 1986-2006

Escolaridade	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0 a 3	38,7	35,0	17,8	40,8	0,022271	-0,085192	13,857190	-53,006518	-39,149327
4 a 7	32,8	42,2	24,8	52,8	0,035091	-0,042366	21,833209	-26,360011	-4,526802
8	8,0	45,9	9,7	58,1	0,009716	0,009915	6,045329	6,169231	12,214560
9 a 11	14,3	58,9	33,4	68,4	0,013520	0,130999	8,412295	81,507462	89,919757
Sup. a 11	6,0	77,3	13,8	80,4	0,001862	0,062579	1,158665	38,936340	40,095005
S.d.	0,2	65,0	0,5	74,6	0,000209	0,002116	0,129939	1,316868	1,446807
Total	100	44,3	100	60,3	0,082669	0,078051	51,436629	48,563371	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração.

Desagregando os dados por anos de escolaridade, percebeu-se grande redução das mulheres menos instruídas (a proporção de mulheres com até sete anos de estudo caiu de 71,5% para 42,6% no Brasil; de 61,6% para 34,4% na RMBH; e de 56,9 para 32,2% na RMS), em compasso com o elevado aumento daquelas com maior nível educacional (a proporção de mulheres com oito ou mais anos de estudo subiu de 28,3% para 56,9% no Brasil; de 38,2% para 64,9% na RMBH; e de 42,7% para 67,2% na RMS).

Com relação à *TAF*, conforme o esperado, quanto maior a escolaridade, mais elevada a taxa de atividade feminina observada.

Diferentemente do ocorrido nos demais recortes da amostra, o efeito composição mostrou-se altamente significativo, respondendo por 49%, 47% e 25% da variação total da *TAF* global no período, respectivamente, no Brasil, na RMBH e na RMS. Destaca-se que a menor magnitude desse efeito na RMS está associada ao fato de esse mercado ter

apresentado, comparativamente, maiores aumentos nas *TAFs* específicas, ocasionando maior efeito incidência, além de menor elevação no grupo de mulheres com mais de 11 anos de estudo.

Tabela 17 – Decomposição da *TAF* por anos de escolaridade, na RMBH – 1986-2006

Escolaridade	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0 a 3	25,0	39,5	10,6	43,6	0,010241	-0,062776	7,124536	-43,670413	-36,545876
4 a 7	36,6	48,4	23,8	58,3	0,036135	-0,074688	25,137345	-51,957487	-26,820142
8	9,8	51,8	11,4	61,5	0,009451	0,009770	6,575021	6,796355	13,371376
9 a 11	19,9	63,6	36,9	74,3	0,021278	0,126529	14,802542	88,021245	102,823787
Sup.a 11	8,5	80,4	16,6	80,1	-0,000297	0,064750	-0,206455	45,043785	44,837330
S.d.	0,3	92,9	0,8	75,7	-0,000509	0,003864	-0,354390	2,687916	2,333525
Total	100	52,4	100	66,8	0,076300	0,067449	53,078599	46,921401	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração.

Tabela 18 – Decomposição da *TAF* por anos de escolaridade, na RMS – 1986-2006

Escolaridade	1986		2006		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		Soma (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0 a 3	26,4	43,1	12,4	52,9	0,025689	-0,073768	13,794964	-39,613038	-25,818074
4 a 7	30,5	40,8	19,8	61,1	0,061855	-0,065832	33,215522	-35,351367	-2,135845
8	9,0	40,9	8,4	59,0	0,016375	-0,003712	8,793312	-1,993407	6,799906
9 a 11	24,7	59,5	45,6	73,2	0,033862	0,153166	18,183439	82,249112	100,432550
Sup.a 11	9,0	83,2	13,2	84,1	0,000784	0,035327	0,421121	18,970479	19,391600
S.d.	0,3	60,0	0,5	81,2	0,000685	0,001791	0,367866	0,961997	1,329863
Total	100	50,0	100	68,6	0,139250	0,046972	74,776225	25,223775	100,000000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: S.d.: sem declaração.

A importância do efeito composição, considerando a decomposição por escolaridade, deveu-se, basicamente, ao grupo de mulheres com oito ou mais anos de estudos, cujas elevadas *TAFs* potencializaram o significativo aumento desses grupos no total de mulheres estudadas. Em termos de efeito incidência, os dois grupos menos educados foram os que mais contribuíram para a magnitude desse efeito, em razão do aumento expressivo de suas *TAFs* específicas, principalmente na categoria de quatro a

sete anos de estudos, que, apesar de sua queda em termos de proporção do total das mulheres, ainda representava o segundo maior grupo entre as mulheres estudadas em 2006. Combinando os dois efeitos, tem-se que a categoria mais importante na explicação da mudança ocorrida na *TAF* global do Brasil e da RMBH e RMS foi a das mulheres com 9 a 11 anos de estudos que, além de se tornar o grupo com a maior proporção em relação ao total da amostra, apresentou importante aumento em sua *TAF* específica.

A ocorrência de contribuição relevante do aumento no nível educacional das mulheres para o crescimento da *TAF* feminina foi também identificada em outros trabalhos, a exemplo dos de Scorzafave e Menezes-Filho (2001), Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006), em nível nacional; e de Blau et al. (2005), em outros países. Especificamente no caso brasileiro, tal resultado está associado não só ao fato de maiores níveis educacionais aumentarem as chances de participação no mercado de trabalho e possibilitarem maior acesso às oportunidades de emprego e renda, como também ao fato de que o mercado está exigindo cada vez mais qualificação constante, sendo a educação uma dessas exigências. Este último aspecto pode ser entendido no contexto do modelo de sinalização de Spence (1973). De acordo com esse autor, a educação é um sinal forte no mercado de trabalho, por melhorar direta e indiretamente a produtividade do indivíduo ao lhe propiciar informações, habilidades e conhecimentos gerais que sejam úteis no desempenho de suas atividades profissionais. Contudo, mesmo que a educação não melhore a produtividade do agente, ela ainda poderia ser um sinal adequado desta última, uma vez que os indivíduos mais produtivos tendem a apresentar maior aptidão para os estudos, alcançando, portanto, escolaridade mais elevada.

6. CONCLUSÕES

Realizando a decomposição univariada da *TAF* para o Brasil e a RMBH e RMS, observou-se que mulheres com as mais diferentes características aumentaram sua participação no mercado de trabalho, confirmando o processo de feminização desse mercado. Como os resultados encontrados para o Brasil, a RMBH e a RMS foram parecidos, tem-se que tal processo foi similar nos três mercados. Nesse sentido, em

termos de Belo Horizonte e Salvador, não parece haver nenhum fator regional significativo influenciando no processo. Entretanto, deve-se ressaltar que o maior dinamismo e a concentração econômica da RMBH fazem que seu mercado de trabalho ofereça melhores oportunidades de emprego e rendimento em comparação com a RMS.

Em termos de grupos socioeconômicos, as mulheres que mais contribuíram para a evolução da *TAF* global do Brasil e da RMBH foram: as urbanas, as esposas, aquelas com um filho morando no domicílio, com 41 a 50 anos de idade, pardas e com 9 a 11 anos de estudos. No caso da RMS, a única diferença se deu na partição por idade, cuja contribuição mais importante por categoria se mostrou mais dispersa, concentrando-se entre as mulheres de 26 a 45 anos.

Quanto às variáveis consideradas na partição da amostra, a única capaz de explicar consideravelmente o aumento da participação feminina na força de trabalho foi a escolaridade das mulheres, cujo efeito composição foi responsável por cerca da metade da variação da taxa global no período para o mercado brasileiro e da RMBH e 25% para a RMS. Nos demais recortes da amostra, o efeito incidência foi sempre superior a 86%. Nesse sentido, no que tange à evolução da *TAF* no período de 1986-2006, o aumento do perfil educacional das mulheres foi o aspecto que mais refletiu na alteração da composição dos grupos socioeconômicos.

O papel fundamental da escolaridade deveu-se ao fato de o nível de instrução ser um sinal forte da produtividade para o mercado de trabalho. Nesse sentido, a melhoria educacional alcançada pelas mulheres permitiu que elas entrassem fortemente nas atividades econômicas não só por terem maiores chances de emprego, como também por passarem a vislumbrar possibilidades mais elevadas de desempenharem ocupações mais bem remuneradas.

Outro aspecto importante a ser destacado foi o aumento da participação das esposas, as quais apresentaram a maior elevação da *TAF* no período. Tal resultado pode ser explicado pela conjugação da necessidade de complementar a renda familiar com a maior facilidade em conciliar o trabalho remunerado com as atividades do lar.

Por fim, apesar do expressivo aumento da inserção das trabalhadoras nas atividades econômicas, é importante ressaltar que tal elevação poderia ter sido ainda mais forte caso houvesse políticas públicas que facilitassem a ausência da mulher em casa. Um exemplo seria a realização de investimentos governamentais significativos na

construção e manutenção de creches e escolas maternas. Tal ação seria importante, pois faria que as mulheres tivessem menores dificuldades para contribuir com a geração de renda domiciliar e intensificar seu papel nas atividades econômicas, notadamente no que se refere às esposas e mães solteiras com baixo nível educacional e de renda.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, E.L.G.; AMORIM, B.M.F.; CUNHA, C.H.M. Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na Grande São Paulo – 1988/1995. **IPEA, Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 497, jul. 1997.

AQUINO, E.M.L.; MENEZES, G.M.S.; MARINHO, L.F.B. Mulher, saúde e trabalho no Brasil: desafios para um novo agir. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 281-290, 1995.

BARRIO, K.; SOARES, M. As mulheres e os homens no mercado de trabalho metropolitano: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: JANUZZI, J.M.; SOARES, M. (Org.). **As várias faces do mercado de trabalho no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatísticas e Informações, 2006. p. 1-35.

BERNDT, E.R. **The practice of econometrics classic and contemporary**. 8th. Boston, Massachusetts: Addison-Wesley, 1996. 702 p.

BLAU, F.D.; FERBER, M.A.; WINKLER, A.E. **Economics of women, men, and work**. 5. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2005. 464 p.

BRAGA, T.S.; RODARTE, M.M.S. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa & Debate (Online)**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 103-123, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1, p. 483-516.

COSTA, L. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1990. v. 2, p. 231-243.

FERNANDES, R.; SOUZA, A.A.P. A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência a escola: uma análise de decomposição para o Brasil nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 8., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 2003.

GUERRA, V.S. **Principais mudanças introduzidas nos conceitos e definições da PNAD para as pesquisas de 1992 em diante**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1997. (Mimeogr.).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 278 p.

KASSOUF, A.L. Retornos à escolaridade e ao treinamento nos setores urbano e rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 59-76, 1997.

LEONE, E.T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, B.M.I. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. 384 p.

NOGUEIRA, C.M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 112 p.

SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-477, 2001.

_____. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, 2006.

SOARES, S.; IZAKI, R. J. A participação feminina no mercado de trabalho. **IPEA, Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 923, dez. 2002.

SOARES, Y. Viés de gênero em consumo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 199-232, 2002.

SPENCE, M. Job market signaling. **Journal of Economics**, v. 87, n. 3, p. 355-374, aug. 1973.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, B.M.I. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. 384 p.

*Recebido em 29 de Maio de 2012 Aceito em 10 de Outubro de 2012.